PROJETO DE LEI N.º 6.448-B, DE 2016
(Do Sr. Dagoberto)

Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. TADEU ALENCAR); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Cultura (relator: DEP. POMPEO DE MATTOS).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

CULTURA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO DO PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 6.448, de 2016, de autoria do ilustre Deputado Dagoberto, altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), “para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita”.

Na justificação da matéria, o nobre autor assevera que ocorre uma alarmante concentração de recursos provenientes da Lei Rouanet em projetos culturais da Região Sudeste, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para corrigir essa situação, o projeto propõe uma desconcentração regional da aplicação desses recursos, com base na proporção da população de cada região e na proporção inversa ao nível de desenvolvimento cultural de cada região, conforme indicadores estabelecidos em regulamento.

A proposição foi distribuída à Comissão de Cultura, para análise do mérito, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria (art. 54, I, do RICD). O regime de tramitação é o ordinário e a proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, do RICD).

Na Comissão de Cultura, a proposição foi aprovada com emenda, que altera o inciso II do § 9º contido no art. 1º do projeto, a fim de detalhar a forma de mensuração do nível de desenvolvimento cultural da região.

Aberto e esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Nomeado Relator, verifiquei a existência de minuta de voto anterior, não apreciado por esta Comissão, da lavra do ex-deputado Félix Mendonça Júnior, que ora honro, quase integralmente.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a*), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Em relação à constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 6.448, de 2016, e da emenda aprovada pela Comissão de Cultura, considero que tais proposições se inserem no âmbito da competência legislativa da União, a teor do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Ainda sob o aspecto da constitucionalidade, não observo a invasão de qualquer iniciativa legislativa exclusiva prevista na Lei Maior. De fato, as proposições ora examinadas não criam qualquer nova atribuição ao Ministério da Cultura ou aumentam as despesas desse órgão público, na medida em que apenas se limitam a fomentar a desconcentração regional dos recursos gastos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), de modo a contemplar as regiões com menor desenvolvimento cultural.

Longe de ofender o princípio constitucional da reserva de administração, o qual fundamenta as iniciativas legislativas privativas do Presidente da República previstas na Lei Maior, o projeto propõe-se a aprimorar a política governamental já existente, harmonizando-a com o objetivo da República Federativa do Brasil de reduzir as desigualdades regionais, insculpido no art. 3º, inciso III, da Carta Magna. É nesse sentido que considero a matéria constitucional.

No que tange à juridicidade, observo que as proposições em nenhum momento contrariam os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico nacional, tampouco os tratados internacionais de direitos humanos internalizados ao Direito brasileiro, razão pela qual as considero jurídicas.

Quanto às normas de técnica legislativa e redação, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998, as proposições revelam-se de boa técnica.

Por todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.448, de 2016, e da emenda aprovada pela Comissão de Cultura.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado POMPEO DE MATTOS
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.448/2016 e da Emenda da Comissão de Cultura, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Felipe Francischini - Presidente, Bia Kicis e Caroline de Toni - Vice-Presidentes, Alencar Santana Braga, Alexandre Leite, Aureo Ribeiro, Beto Rosado, Capitão Augusto, Celso Maldaner, Clarissa Garotinho, Daniel Freitas, Danilo Cabral, Darci de Matos, Delegado Antônio Furtado, Delegado Éder Mauro, Delegado Marcelo Freitas, Diego Garcia, Edilázio Júnior, Eduardo Cury, Enrico Misasi, Fábio Trad, Genecias Noronha, Geninho Zuliani, Gilson Marques, Herculano Passos, João Campos, João H. Campos, João Roma, Joenia Wapichana, José Guimarães, Júnior Mano, Léo Moraes, Luizão Goulart, Marcelo Ramos, Margarete Coelho, Maria do Rosário, Nelson Pellegrino, Nicoletti, Pastor Eurico, Paulo Azi, Paulo Eduardo Martins, Paulo Teixeira, Pompeo de Mattos, Renildo Calheiros, Rubens Bueno, Samuel Moreira, Sergio Toledo, Sergio Vidigal, Shéridan, Wilson Santiago, Aliel Machado, Angela Amin, Cássio Andrade, Dr. Frederico, Francisco Jr., Giovani Cherini, Gurgel, Hugo Motta, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Odair Cunha, Pedro Cunha Lima, Pedro Westphalen, Roman, Silvio Costa Filho, Zé Silva e Zeca Dirceu.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Deputado LÉO MORAES
Presidente em exercício